



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

JULHO-AGOSTO DE 2022 - EDIÇÃO 95 - WWW.MEF.GOV.MZ



EM FOCO

FÓRUM POLÍTICO DE ALTO NÍVEL SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PAG.3

DESTAQUE

Governo Anuncia Pacote de Medidas de Aceleração Económica

PAG.4





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

CARTA DE SERVIÇOS

Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



Fórum Político de Alto Nível Sobre Desenvolvimento Sustentável



A Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Loveira, participa de 13 a 18 de Julho de 2022, em Nova Iorque, Estados Unidos da América, no Seguimento Ministerial do Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável sobre o auspício do Conselho Económico e Social das Nações Unidas.

O Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável é a plataforma central das Nações Unidas que procede à avaliação da Agenda 2030 e dos seus Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para o ano de 2022, serão avaliados cinco ODS destacando a questão de assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas; conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o

desenvolvimento sustentável; proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda da biodiversidade; e por fim o fortalecimento dos meios de implementação e revitalização da parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Durante o encontro de Nova Iorque, serão igualmente abordados temas ligados ao impacto da pandemia da COVID-19, transição energética, mudanças climáticas, segurança alimentar, medidas para acelerar o progresso para a realização dos ODS.

Na sua intervenção durante a reunião denominada "Mesa Redonda Ministerial" intitulada, Acelerando a realização dos ODS até 2030: enfrentar as crises actuais e superar os desafios, a governante apresentou o progresso na implementação dos ODS e os desafios para o alcance dos mesmos até 2030 em situação das crises actuais

que tem afectado o mundo, referiu ainda que Moçambique foi recentemente eleito membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2023-2024 e sublinhou ser uma oportunidade para fortalecer o comprometimento com a Agenda 2030 e os ODS.

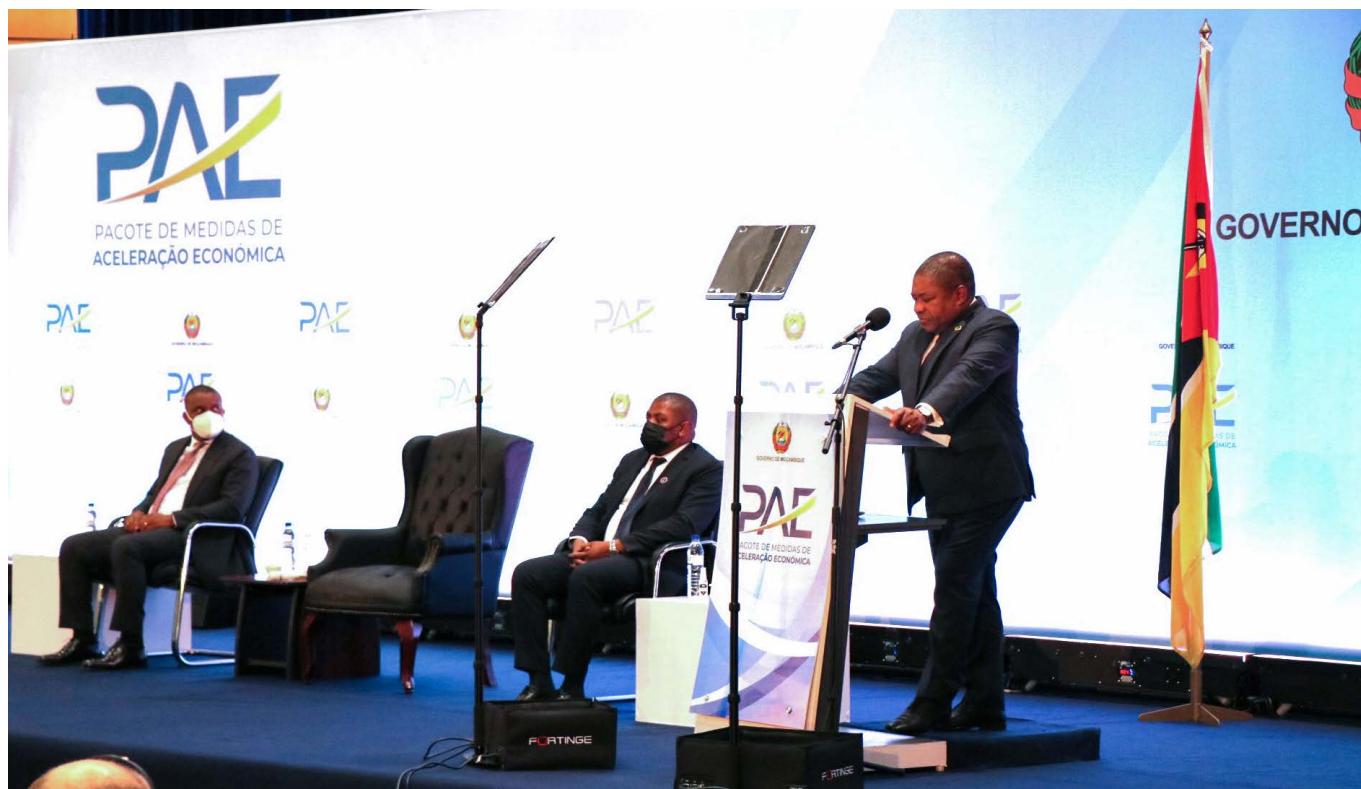
À margem do Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Vice-Ministra reunir-se-á com outras autoridades, sendo destaque o encontro bilateral com o Ministro das Finanças e Planificação Económica do Ruanda, Uzziel Ndagijimana, onde passará em revista a cooperação económica entre os dois países.

No final do Fórum em alusão, será adoptada a Declaração Ministerial do Fórum Político de Alto Nível.

Refira-se que fazem parte da delegação moçambicana, quadros do Ministério da Economia e Finanças e do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.



Governo Anuncia Pacote de Medidas de Aceleração Económica



O Presidente da República, Filipe Nyusi, anunciou em Maputo, 20 medidas de índole económico, cujo objectivo é “estimular a aceleração da economia” e aliviar o custo de vida em Moçambique. Das medidas anunciadas, o destaque vai para a redução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), de 17 para 16 por cento e isenção para importação de factores ligados à agricultura e electrificação.

Na sua intervenção, Nyusi disse que a economia moçambicana tem sido afectada por sucessivos choques internos e externos, com destaque para os efeitos das mudanças climáticas, as acções terroristas em Cabo Delgado, a Pandemia da Covid 19 e mais recentemente o conflito na Ucrânia. São factores que afectam a vida das famílias e das empresas, colocam pressões adicionais à capacidade de implementar o Programa Quinquenal do Governo e tornam mais evidente algumas fragilidades estruturais da nossa economia, destacou o chefe do Estado acrescentando que o Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE) é o resultado do trabalho realizado em conjunto com o Ministério da Economia e Finanças, no cumprimento das suas atribuições, junto aos sectores relevantes do governo, articulando com diversas entidades do sector privado e outros parceiros que agregam interesse na economia nacional, na estruturação de uma matriz de reformas alinhadas com os objectivos do Plano Quinquenal do Governo.

Para o Presidente Nyusi, as reformas visam a retoma da aceleração económica no país com perspectivas de resultados a curto e médio prazo criando a fundação de uma mudança de paradoxo no desenvolvimento de Moçambique que irá impactar a vida dos moçambicanos por gerações. Após uma consulta abrangente e inclusiva por parte do Governo junto a empresários do sector privado, definiu-se a agenda do PAE com 20 medidas de reforma que respondem às principais inquietações levantadas.

O Presidente sublinhou que as medidas assentam em duas áreas de intervenção constituindo por um lado, a base para a retoma do crescimento económico.

A primeira é relativa às medidas fiscais e de estímulo à economia e a segunda medida para a melhoria do ambiente de negócios, transparência e governação e aceleração de projectos de infraestrutura estratégica. Por outro, pretende-se reformar a Pauta Aduaneira, o Código do IVA e do IRPC, visando o estímulo à produção local e alargamento da base tributária.

Confira integralmente, na última página deste Boletim, o Pacote das 20 Medidas de Aceleração Económica aprovadas pelo Governo.





Moçambique nas Reuniões Anuais do Grupo BID 2022



Uma delegação moçambicana participou recentemente, em Sharm El Sheikh, República Árabe do Egito, na 47.ª Reunião Anual do Grupo Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), sob o lema «Para além da Recuperação: Resiliência e Sustentabilidade».

As Reuniões Anuais deste ano surgem em resposta a um convite do Egito, com o objectivo de reforçar a cooperação e consolidar as relações económicas entre os países membros do BID.

Participaram no evento mais de 2000 delegados que constituíram uma plataforma de debate entre os decisores de política de vários países sobre os desafios e oportunidades para tornar as economias mais resilientes e promover um desenvolvimento sustentável, perante dificuldades impostas pela COVID-19, o conflito geopolítico na Europa e as mudanças climáticas. A Delegação moçambicana foi encabeçada pela Directora Nacional de Gestão da Dívida Pública no Ministério da Economia e Finanças (MEF), Isabel Maria Sumar, Administradora do Banco de Moçambique (BM), Silvína Rodrigues de Abreu, Director do Departamento de Estudos Económicos no BM, Pinho Ribeiro, e pelo, Chefe do Departamento de Cooperação Económica e Financeira no MEF, Félix M. Arão Massangai.

À margem da Reunião Anual do BID decorreram vários eventos com destaque para a 29.ª Reunião do Conselho de Governadores da Corporação Islâmica para o Seguro de Investimento e Crédito à Exportação (ICIEC), a 22.ª Assembleia Geral da Corporação Islâmica para o Desenvolvimento do Sector Privado (ICD) e a 17.ª Reunião do Conselho de Governadores da Corporação Financeira Internacional para Comércio Islâmico (ITFC) entre outros.

Deliberações dos Governadores do Grupo BID

A Assembleia de Governadores do BID adoptou e aprovou o Realinhamento Estratégico do Programa do BID para o período 2023-2025, bem como a alocação de parte da receita líquida do BID para concessão de assistência técnica e bolsas de estudos para 2023-2025. Aprovou os auditores externos para vários fundos do BID para 2023 (Fundo Waqf, Fundo de Investimento Awqaf Properties (APIF), Fundação Waqf Mundial, Fundo BISDB para Ciência e Tecnologia para o Ano Financeiro de 2023 e o Fundo de Capacitação Económica para o Povo Palestino para os Anos Financeiros de 2022 e 2023.

No evento, a Delegação de Moçambique reuniu-se com o Director das Operações do BADEA,

tendo esta instituição informado sobre o seu engajamento no financiamento concessional de projectos na área de infraestruturas e na cadeia de valor da agricultura, com impactos previsto a partir do terceiro ao quinto ano.

Actualmente, o BADEA implementa a sua Estratégia de 10 anos (BADEA 2030), com áreas específicas e oportunidades definidas para cooperar com Moçambique.

Num encontro muito breve, o Representante do BID para o País comunicou à delegação moçambicana que a sua organização tem uma janela de financiamento até o máximo de USD 50 milhões.

Refira-se que a Reunião Anual do Grupo Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID), constituiu um fórum relevante para a absorção de experiência sobre as práticas e políticas que estão sendo implementadas em vários quadrantes para a promoção do desenvolvimento sustentável, apostando na digitalização e no crescimento assente em energias renováveis. À margem das reuniões, a Delegação de Moçambique inteirou-se de outras janelas de financiamento concessional disponíveis.



BVM Promove Workshop sobre o Ciclo de Negócios do Mercado de Bolsa



Para o PCA da BVM, Salim Valá, a ACIS é um actor relevante no panorama económico nacional e parte significativa das empresas cotadas na Bolsa opera na área de serviços, e no futuro pretende-se mais empresas listadas da área de indústria.

Por seu turno, o Presidente da ACIS, Luís Magaço Júnior, entende que o memorando vai abrir caminho para a ACIS trazer as empresas à Bolsa e a Bolsa às empresas. “A nossa intenção é que as empresas filadas à ACIS encontrem outras alternativas de financiamento que não seja necessariamente a bancária, que se possam financiar através de outros instrumentos, como o mercado de capitais”.

O Salim Valá assegurou que a sua instituição conta actualmente, com 11 empresas cotadas, até Dezembro próximo há esperanças de admitir mais duas ou três empresas.

“Conforme as nossas projecções indicam, podemos chegar ao final do ano com 20% de capitalização bolsista em percentagem do PIB. Portanto, temos hoje 11 empresas cotadas, em 2016 eram quatro empresas e já chegaram a ser 13, mais duas empresas foram excluídas do mercado, por não disponibilizarem informação relevante e obrigatória ao mercado”, reiterou Valá.

Refira-se que o volume de negócios ronda, actualmente, nos 9.470,04 milhões de meticais e o índice de liquidez está situado em 7,28%. Estão hoje registados 220 títulos na Central de Valores Mobiliários (CVM).

Decorreu, no dia 5 de Agosto de 2022, em Maputo, o workshop sobre o ciclo de negócios da Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), destinado aos intervenientes do mercado de bolsa (operadores de Bolsa, empresas cotadas e parceiros estratégicos da BVM). O evento abordou aspectos inerentes à obrigatoriedade de prestação de informação ao mercado e a BVM por parte das emitentes e debater as normas e procedimentos das sessões de bolsa e operações da central de valores mobiliários (registo, compensação e liquidação de valores mobiliários).

A realização do workshop enquadra-se no âmbito da implementação do Plano Estratégico e do Programa de Educação Financeira da BVM, que tem como foco a capacitação das classes profissionais e intervenientes do mercado de Bolsa.

Na mesma ocasião, a BVM rubricou um Memorando de Entendimento com a Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS), na medida em que a formalização da relação entre as duas instituições tem o condão de abrir espaço para que mais empresas filadas na ACIS entrem no mercado bolsista.





BVM Fortalece Parceria Estratégica com Bolsas de Valores de Angola e Cabo Verde



A Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) rubricou, esta quinta-feira, 07 de Julho, um Memorando de Entendimento (MdE) com a Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) e a Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC).

A assinatura do acordo foi dirigida pelos Presidentes dos Conselhos de Administração da BVM, Salim Cripton Valá, da BVC, Miguel Monteiro e pelo Presidente da Comissão Executiva da BODIVA, Walter Pacheco. O MdE foi rubricado numa cerimónia virtual, estando o evento formal presencial prevista para este ano, em Maputo.

Trata-se de um instrumento que visa estreitar relações e aprofundar a cooperação já existente em áreas de competência destas instituições,

tendo em vista o desenvolvimento das três entidades signatárias do acordo e os mercados de capitais dos três países.

A parceria estratégica incide, sem prejuízo de outras áreas, na especialização dos recursos humanos, promoção da internacionalização dos mercados, no âmbito da promoção de novos mercados, produtos, serviços e instrumentos financeiros, educação e literacia financeira, bem como no aprimoramento do quadro normativo, experiências de gestão e governação e modernização tecnológica.

No quadro da presente parceria, as partes deverão assegurar a capacitação, apoio, mobilização, assistência técnica e troca de

experiências; partilhar conhecimentos e práticas de desempenho eficientes, através de várias plataformas, tais como conferências, formações, seminários, feiras, literatura e publicações; trocar informação e conhecimento sobre o funcionamento e operações da Bolsa de Valores que permitam a melhoria do desempenho das instituições, do seu impacto e sustentabilidade.

De igual modo, deverão realizar análises, estudos e promover eventos e fóruns de discussão técnica e gerencial sobre assuntos relevantes para o desenvolvimento do mercado de capitais e das Bolsas de Valores; realizar visitas de estudo e promover encontros para discussão de modelos de governação e gestão, tecnologias, regulamentação, inovações no mercado, educação financeira e capacitação de recursos humanos, em benefício das bolsas de valores signatárias do presente acordo.

Falando por ocasião do evento, o Presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Moçambique, Salim Cripton Valá, mostrou-se satisfeito com o feito alcançado e apontou que o acto representa um passo significativo rumo à materialização da parceria entre as instituições signatárias, sobretudo na dinamização do mercado secundário, na internacionalização das Bolsas de Valores e no atracção de investimento para os nossos países.

Valá destacou que, doravante, estão lançadas as bases para a implementação efectiva das directrizes constantes do acordo, que tem o condão de revolucionar o mercado bolsista.

Por seu turno, Miguel Monteiro, Presidente do Conselho de Administração da BVC, disse que o instrumento, a par de representar o aprofundamento de relações entre as instituições, está em consonância com o plano estratégico da instituição que dirige, no quadriénio 2021-2025.

Monteiro indicou que o sucesso do instrumento ora rubricado depende directamente das entidades signatárias, alertando, para a necessidade de envolvimento activo das partes para a sua materialização efectiva.

Já Walter Pacheco, Presidente da Comissão Executiva de BODIVA, referiu que o instrumento vem abrir caminho à constituição de um mercado dinâmico e consolidado, entre Angola, Moçambique e Cabo Verde. No entanto, assinalou que tudo deve ser feito para que o MdE responda aos objectivos que nortearam a sua concepção.

Refira-se que o presente Memorando de Entendimento vem materializar os compromissos assumidos pelas partes, no encontro realizado na Ilha de Sal, Cabo Verde, em Julho de 2018.



CEDSIF, IP, Capacita Técnicos em Planificação e Orçamentação em Nampula



Decorreu no dia, 29 de Junho 2022, na cidade de Nampula, uma capacitação aos Técnicos Provinciais e Distritais para a digitação do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) no Módulo da Planificação e Orçamentação. A mesma tinha em vista dotar de capacidade técnica as instituições públicas, especificamente, aos Órgãos de Representação do Estado

na Província e Órgãos de Governação Descentralizados Provinciais e Distrital, e de nível Provincial no processo de programação, bem como na uniformização das Propostas de Plano Económico e Social e Orçamento do Estado e Plano Económico e Social e Orçamento Distrital para o exercício 2023.

Os presentes, tiveram a oportunidade de adquirir conhecimento com recurso a

explanção teórica e exemplos práticos, assegurando uma abordagem metodológica comum e orientada para os resultados.

A capacitação foi ministrada pelos técnicos do Serviço Provincial de Economia e Finanças de Nampula, Direção Provincial de Plano e Finanças de Nampula e Centro de Desenvolvimento de Sistema de Informação e Finanças, CEDSIF,IP.





Zambézia no Fórum de Diálogo Público Privado Provincial



Decorreu na Província da Zambézia, o fórum de diálogo público privado provincial, dirigido pela Secretária do Estado na Zambézia, Judith Mussácula, sob o lema “promovendo sinergias para a robustez do empresariado da província da Zambézia”; onde estiveram presentes membros de Conselho de Representação da Secretaria do Estado, Administradores Distritais, entre outros com o objectivo de fazer o Balanço do pagamento das dívidas do Estado; dar o Ponto de situação dos projectos da Conferência Internacional de Mocuba; Informação sobre o seguimento das recomendações do Fórum de Coqueiro;

Divulgação das Janelas de Financiamento na Província entre outros.

Intervindo no evento, o Director do Serviço Provincial da Economia e Finanças da Zambézia, Lucas José Jackson, recordou que em Novembro de 2021 foi lançado o processo de elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Zambézia (PEDZ) 2022-2031, evento que contou com a presença de várias individualidades do ramo empresarial, social, parceiros, ONGs, académicos, entre outros, e serviu para partilhar os termos de referência e toda a organização inerente ao trabalho.

O PEDZ inspirar-se-á na missão e visão de tornar a Província como referência no que concerne ao estabelecimento de bases sustentáveis, para a distribuição da riqueza de forma equitativa para o combate à pobreza com vista

a materialização do lema “Industrialização como Factor do Desenvolvimento Sócio-económico da Zambézia”, disse o dirigente.

O director sublinhou ainda que, o processo conta com apoio técnico do Gabinete de Desenvolvimento do Compacto II, que para o efeito indicou um especialista em Políticas de Desenvolvimento que articulará directamente com a Equipa Técnica Provincial.

Ainda aquele dirigente, fez balanço do pagamento das dívidas do Estado para com os fornecedores tendo reportado o nível de execução do processo resultado de 2 auditorias financeiras realizadas pela Inspeção Geral de Finanças em 2018 e 2019, às instituições do Estado na Província, referentes a contratação de empreitadas de obras públicas e de fornecimento de bens e serviços.

Para Jackson a auditoria consistiu na verificação “documental” junto às instituições do Estado. Os pagamentos que estão a ser feitos correspondem às dívidas contraídas pelo Estado no período 2007-2017, antes da entrada em vigor do Decreto nº 5/2016 de 8 de Março.

Frisou que, Moçambique está a implementar um conjunto de medidas e políticas no âmbito da gestão de Finanças Públicas que incidem sobre a Despesa Pública visando favorecer a competitividade da economia no concerto das nações.

Para assegurar a transparência e estimular a confiança na contratação pública foi aprovado o Decreto nº 5/2016 de 8 de Março, que operacionaliza, entre outros instrumentos, o Módulo do Património do Estado que faz interligação entre o Orçamento e a Despesa, finalizou.





Seminário de Capacitação Sobre Finanças Públicas



O Director do Serviço Provincial da Economia e Finanças da Zambézia, (SPEFZ), Lucas José Jackson, em representação a Excelentíssima Senhora Secretária do Estado na Zambézia dirigiu no Distrito de Mocuba no dia 05.07.2022, a cerimónia de abertura da Capacitação em Planificação e Orçamento, Execução Orçamental, Procurment e Prestação de Contas que está sendo ministrada pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF) e Tribunal Administrativo (TA), tendo como alvo principal aos gestores das Autarquias da Província da Zambézia.

Falando no discurso de abertura, Jackson enalteceu o papel preponderante da boa gestão do orçamento e a prestação de contas dos gestores das Autarquias. Falando aos participantes, o dirigente

deixou ficar em jeito de partilha da sua experiência em matéria de planificação e gestão da coisa pública.

E também partilhou um pouco do seu conhecimento em matéria de Planificação e Orçamentação.





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

GABINETE DO MINISTRO

Pacote de Medidas de Aceleração Económica

No dia 9 de Agosto de 2022, o Governo anunciou o lançamento do Pacote de Medidas de Aceleração Económica – PAE.

A economia Moçambicana tem sido afectada por sucessivos choques internos e externos, com destaque para os efeitos das mudanças climáticas, as acções terroristas em Cabo Delgado, a Pandemia do Covid 19 e mais recentemente o conflito na Ucrânia.

São factores que afectam a vida das famílias e das empresas, colocam pressões adicionais a capacidade de implementar o programa quinquenal de governo e tornam mais evidente algumas fragilidades estruturais da nossa economia.

O PAE é o resultado do trabalho realizado em conjunto com o Ministério de Economia e Finanças (MEF), no cumprimento das suas atribuições, junto aos sectores relevantes do governo, articulando com diversas entidades do sector privado e outros parceiros que agregam interesse na economia nacional na estruturação de uma matriz de reformas alinhadas com os objectivos do plano quinquenal do governo.

Estas reformas visam a retoma da aceleração económica do nosso país com perspectivas de resultados a curto e médio prazo criando a fundação de uma mudança de paradoxo no desenvolvimento de Moçambique que irá impactar a vida dos Moçambicanos por gerações.

Após uma consulta abrangente e inclusiva por parte do Governo junto a empresários do sector privado, definiu-se a agenda do Pacote de Medidas de Aceleração Económica (PAE) com 20 medidas de reforma que respondem as principais inquietações levantadas.



As medidas assentam em duas áreas de intervenção constituindo a base para a retoma do crescimento económico, sendo a primeira, medidas fiscais e de estímulo a economia e a segunda, medidas para a melhoria do ambiente de negócios, transparência e governação e aceleração de projectos de infraestrutura estratégica, são elas:

Reforma da Pauta Aduaneira, do Código do IVA e do IRPC, visando o estímulo a produção local, alargamento da base tributária, aumento das receitas fiscais e simplificação do processo de obrigações fiscais.

MEDIDAS DE INCENTIVOS FISCAIS PARA A PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO

1. Reduzir a taxa do IVA de 17% para 16%

Visando a redução gradual da carga tributária para dinamizar a economia e melhorar o poder de compra das famílias.

2. Isenção do IVA na importação de factores de produção para a agricultura e a electrificação

visando baixar os custos dos insumos agrícolas para aumentar a produção e competitividade da agricultura e promover mais investimento nas energias

renováveis para acelerar o seu acesso em particular nas zonas rurais.

3. Baixar a taxa do IRPC de 32% para 10%, na agricultura, na aquacultura e nos transportes urbanos

Visando melhorar a competitividade destes sectores, tornando-os mais atractivos ao investimento privado, e para reduzir o défice como também o custo do transporte público para as nossas populações.

Ainda no quadro da promoção da competitividade do sector agrícola, o governo vai reduzir a taxa liberatória cobrada a entidades estrangeiras que prestam serviços a empresas agrícolas nacionais passando de 20% para 10% e eliminar a retenção na fonte da taxa de 20% sobre juros de financiamentos externos destinados a projectos agrícolas.

4. Estabelecer incentivos fiscais para novos investimentos em sectores chave realizados nos próximos 3 anos

Estes incentivos fiscais abrangem novas iniciativas privadas nos sectores da agricultura, agro processamento, indústria transformadora, turismo e transporte urbano, que alarguem a capacidade de produção instalada. Eles consistem na aceleração rápida das amortizações do capital realizado para a metade do período estabelecido no código do imposto, para os investimentos realizados em instalações e equipamentos relacionados com a atividade produtiva das empresas, desde que resultem na criação de pelo menos mais 20 postos de trabalho permanentes.



5. Simplificar os procedimentos para repatriamento de capitais

Visando facilitar o fluxo de capitais, para a atracção de mais investimento estrangeiro e redução dos custos para o repatriamento de capitais, essencial para complementar os esforços das empresas nacionais para o incremento e diversificação da produção nacional.

6. Fortalecimento da supervisão das operações de exportação dos recursos naturais

Visando assegurar maior eficácia na taxação das exportações através de melhor controlo das quantidades, especificações e valores associados, reduzindo fenómenos de subfacturação de exportações. Esta medida será acompanhada de uma actuação mais vigorosa e eficaz na redução de riscos fiscais e no combate ao contrabando nas importações, com a introdução de controlos e supervisão independentes dos respectivos processos.

7. O fomento de habitação e a dinamização da indústria nacional de materiais de construção

Esta medida irá reorientar a missão do Fundo de Fomento à Habitação para passar a ter como foco principal a infraestruturização de terras para cidadãos e investidores privados, bem como à promoção de investimentos na produção local materiais de construção. Esta acção visa promover um mercado de construção de habitações, reduzir os custos de construção e assegurar um maior acesso a habitação condigna a população.

8. Alocar 10% das receitas fiscais de recursos naturais ao desenvolvimento das províncias onde a extracção ocorre

Visando assegurar que estes recursos tenham impacto directo no melhoramento da vida das populações das áreas exploradas reduzindo desta forma as assimetrias. Os recursos alocados deverão ser usados exclusivamente para o financiamento de projectos de infra-estruturas e programas de desenvolvimento que tenham efeito multiplicador na economia local.

9. Criar um fundo de garantia mutuária

Esta medida procura dar resposta a um dos principais obstáculos para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas moçambicanas: o acesso e o elevado custo do financiamento. Para responder a este desafio, pela primeira vez, será criado no país, um Fundo de Garantia Mutuária, que numa primeira fase estará avaliado em 250 milhões de dólares americanos. Este fundo permitirá a banca nacional disponibilizar recursos financeiros para fortalecer a capacidade de investimento a taxas de juros mais acessíveis para micro, pequenas e médias empresas que actuam nos sectores da agricultura, piscicultura, comercialização e processamento agrícola, turismo e habitação.

10. Introduzir a obrigatoriedade de mistura de combustíveis importados com biocombustíveis

Visando gerar mais postos de trabalho e induzir mais investimentos privados na cadeia de valor da produção agrícola, irá se introduzir a obrigatoriedade de os importadores e distribuidores



de combustíveis líquidos tomarem para mistura, todo stock de biocombustíveis produzidos em Moçambique, para agilizar a substituição parcial de importações, promover emprego e mitigar os efeitos sobre o ambiente.

MEDIDAS DE DESBUROCRATIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA A PROMOÇÃO DO CRESCIMENTO

11. Melhorar a competitividade dos aeroportos e corredores logísticos nacionais

Visando assegurar o aumento do fluxo de pessoas e volume de mercadorias com destino ou trânsito por Moçambique, reforçando a contribuição deste importante sector para a economia nacional. Neste quadro, serão simplificados os procedimentos que visam melhorar a eficiência nos principais postos fronteiriços. Neste âmbito também serão introduzidos incentivos para operações de transshipment nos principais portos e aumento da competitividade das tarifas aplicadas pelos principais aeroportos, portos e corredores logísticos.

12. Estimular a produção local de bens adquiridos em escala pelo Estado

Nesta medida, o Governo vai ampliar o estímulo a produção local e a industrialização do país, através da alteração dos procedimentos de procurement dos bens adquiridos em escala pelo Estado. A medida visa gerar incentivo para que os bens que actualmente adquiridos em escala e de forma recorrente pelo Estado passem a ser produzidos localmente. Neste quadro, as normas de contratação pública serão ajustadas para assegurar que a adição de valor produtivo em Moçambique seja muito mais valorizada nos critérios de avaliação dos concursos públicos, e para permitir o aumento da duração dos contractos de modo a gerar previsibilidade de receitas para as empresas que invistam na industrialização de Moçambique. Esta mudança de um paradigma de aquisições do estado focalizado em transacções grandes de longo prazo visa incentivar a industrialização do País o que resultará em mais empregos nacionais de qualidade.

13. Rever o regime geral de vistos de entrada no País, para promover maior fluxo de turistas e homens de negócios

Esta medida visa melhorar o ambiente de negócios e aumentar a competitividade do nosso País na atracção de investimento directo estrangeiro, do turismo de lazer e negócios. Assim, será introduzida a isenção de vistos para cidadãos de países com baixo risco de imigração para o nosso país. Iremos ainda conceder vistos de investimento com períodos mais alargados aos cidadãos estrangeiros que detenham investimentos em Moçambique e transformar o visto simples de turismo de curta duração em visto misto de turismo e negócio. Para facilitar a aquisição de vistos iremos introduzir vistos electrónicos para cidadãos de países não abrangidos pela isenção de vistos.



14. Ajustar as Leis do Trabalho e de Investimento de modo a torná-las mais atractivas ao investimento estrangeiro

Esta medida visa ajustar as Leis do Trabalho e de Investimento de modo a torná-las mais atractivas ao investimento estrangeiro, criação de empregos estáveis e de qualidade, transferência de competências e capacitação de trabalhadores moçambicanos. Estes ajustes também irão incluir a revisão dos respectivos regulamentos. Esta medida inclui o estabelecimento pela primeira vez no país, de um fundo de seguro para os casos de redução involuntária de pessoal. Estes ajustamentos irão ainda resultar na redução dos impactos sobre os trabalhadores no caso de desemprego conjuntural associado a ciclos económicos e irá aumentar a resiliência das empresas em caso de crise.

15. Simplificação de processos administrativos na relação entre o estado, as empresas e as pessoas

Esta medida consiste na simplificação de processos administrativos na relação entre o estado, as empresas e as pessoas, para facilitar a criação de empresas privadas e aumentar a sua competitividade, e para facilitar a vida das populações e reduzir o seu custo no acesso a serviços públicos. Assim, e no âmbito do esforço do Governo para aliviar o custo de vida da população, destacamos aqui a simplificação dos actos notariais, passando as esquadras de polícia a certificar os actos notariais mais simples de forma gratuita para o cidadão. Esta medida reduz os custos de deslocação e os custos de certificação de documentos por parte da população. Ainda nesta simplificação dos actos notariais, os advogados com carteira profissional passarão a estar autorizados a certificar os actos notariais mais complexos, permitindo tornar mais expedito e reduzir os custos para as empresas, e tornando o sector privado mais competitivo.

Esta medida inclui uma importante novidade para o sector privado: a eliminação da necessidade de alvarás em vários sectores de negócio: as empresas nestes sectores passam a entrar em funcionamento imediatamente, após o seu registo legal e fiscal, sujeito a fiscalização posterior, não necessitando obter um alvará em qualquer entidade pública para iniciar actividades. A medida visa ainda aprimorar a actuação das inspecções das actividades económicas, com introdução de maior previsibilidade na sua realização e a adopção de um carácter menos punitivo e mais educacional, com vista a que se alcance o objectivo fundamental das inspecções, que é a melhoria da prestação das empresas e da protecção dos interesses dos cidadãos.

16. Reforma de alguns elementos do sistema da administração da justiça

Esta medida irá, através da reforma de alguns elementos do sistema da administração da justiça, promover um melhor ambiente jurídico empresarial. Em particular, será feita a revisão e simplificação da legislação processual e do código de custas; modernizar os processos através de soluções tecnológicas, reforçar e capacitar os recursos humanos do sector, expandindo os centros de formação e realizando contratações para responder o desafio do acumular de processos; e massificar os meios alternativos para resolução de disputas.



AUMENTO DE EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DAS INSTITUIÇÕES PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO

17. Fortalecer a supervisão dos fundos da previdência social e fundos complementares

Esta medida irá fortalecer a supervisão dos fundos da previdência social e fundos complementares, com enfoque numa maior diversificação dos investimentos e reforço da protecção dos contribuintes. Esta medida inclui a revisão dos mandatos obrigatórios de investimento para que os fundos e receitas geradas sejam melhor salvaguardadas, direccionando-os para carteiras mais robustas e diversificadas, com vista a garantir maior protecção dos interesses dos contribuintes e aumentar a contribuição destes fundos para o desenvolvimento do País. No âmbito desta medida, todos os fundos de pensão, incluindo o INSS, passam a ser supervisionados pelo Instituto de Supervisão de Seguros. A gestão do INSS será modernizada, alterando-se o seu modelo de governação, com o estabelecimento de um comité independente de aprovação e avaliação de desempenho de todos os investimentos, e alteração dos critérios de selecção de membros do conselho de administração, que passa a obedecer as melhores práticas internacionais de gestão de instituições financeiras similares.

18. Maior simplificação na arquitectura da administração pública

Esta medida irá assegurar uma maior simplificação na arquitectura da administração pública, ao mesmo tempo que melhora a sua eficiência e aumenta a qualidade dos serviços prestados ao cidadão. Isto vai ser conseguido através da fusão de órgãos redundantes da administração pública, da integração de um maior número de serviços públicos em plataformas digitais, e da introdução de maior interoperabilidade entre os serviços para melhorar a eficiência no atendimento ao cidadão. Queremos uma administração pública que faz muito mais com muito menos.

19. Criação e implementação do Fundo Soberano de Moçambique

Esta medida está focalizada na criação e implementação do Fundo Soberano de Moçambique, que contará com um quadro regulatório robusto que assegure que as receitas petrolíferas sejam utilizadas de forma transparente, ao mesmo tempo que estes proveitos protejam a economia contra efeitos de volatilidade das receitas e choques externos, contribuam para promover o desenvolvimento socioeconómico que beneficie as gerações actuais e, simultaneamente, garantam reservas para as gerações futuras. O Fundo Soberano deverá estar em efectividade operacional antes do início do fluxo de receitas que advirão dos projectos de produção do gás natural liquefeito localizados na Bacia do Rovuma. No âmbito da implementação destas medidas, iremos ainda aprofundar e acelerar a reforma do sector empresarial do Estado, para melhorar a sua prestação e para preparar a privatização das empresas não estratégicas com vista a reduzir o seu risco fiscal e a pressão sobre as contas públicas, e para eliminar as distorções económicas e a concorrência desleal que algumas delas trazem para mercados competitivos específicos.



20. Reforma do subsistema de auditoria interna do estado

Visando a necessidade continua de aprimorar a governação, a transparência e a prestação de contas na administração do Estado, esta medida irá reformar o subsistema de auditoria interna do estado. Com esta medida iremos adequar a estrutura e o modelo de governação, controlo e gestão de riscos a padrões internacionais orientados para a consolidação do sistema de administração financeira do Estado, visando contribuir para a redução da corrupção e do desvio de fundos públicos.

Estas medidas são arrojadas e profundas, e deverão ser implementadas num prazo de dois anos, o que vai requerer um esforço colectivo do Governo como um todo, o legislativo e judiciário para que a sua implementação seja coroada de êxito.

Estas medidas colocam o cidadão e o sector privado nacional no centro da actividade económica, com acções específicas visando a maximização do potencial de produção nacional para expandir as fronteiras do crescimento económico, promover o emprego e assegurar um desenvolvimento mais célere e inclusivo do nosso país, simultaneamente libertando o Estado para concentrar a sua atenção na provisão de serviços públicos essenciais à população, com especial enfoque para a protecção social, saúde, educação, estradas, promoção da equidade social, segurança e protecção de pessoas e bens. Neste âmbito, este pacote de reformas vai permitir o incremento do espaço orçamental para o aumento da cobertura de protecção social para 40 mil agregados familiares adicionais e para a implementação de outras medidas para mitigar o efeito da subida do custo de vida sobre as populações em situação de pobreza e vulnerabilidade.

Para suportar o pacote de reformas, o Governo tem vindo a conversar com vários parceiros financeiros, bilaterais e multilaterais, entre os quais o Fundo Monetário Internacional, com o qual fechou-se no passado mês de Maio um acordo que serve de sinalizador para o reatar da credibilidade internacional do País no mercado financeiro global e que vai impulsionar o fluxo de financiamentos para a economia. As medidas reforçam a percepção do país a nível internacional como destino de investimento.

Além disso, o pacote de reformas incorpora ainda novos investimentos públicos em infra-estrutura no montante de 2.4 biliões de dólares americanos para os próximos 3 anos, a serem financiados por recursos internos e janelas de financiamento concessional, cobrindo as áreas-chave de desenvolvimento com destaque para os sectores de estradas, saúde, educação profissional, energia, águas, telecomunicações, desenvolvimento agrário e turismo.

O pacote perspectiva resultados a médio e longo prazo, simultaneamente criando bases seguras para uma mudança de paradigma no desenvolvimento do país que irá impactar a vida dos Moçambicanos por muitas gerações.



Para a monitoria do pacote o Governo irá estabelecer uma Unidade de Coordenação do pacote que se vai dedicar unicamente a implementação, acompanhamento e monitoria das reformas e projectos prioritários listados.

Esta unidade estará sob a alçada do Ministério da Economia e Finanças, na qualidade do sector do governo responsável pela coordenação económica.

A principal preocupação desta unidade será de monitorar para aumentar a eficiência e eficácia da execução de um número restrito de prioridades e indicadores e promover melhorias no seu desempenho. O foco é no trabalho com os sectores ou programas específicos para identificar e investigar as razões do fraco desempenho e propor soluções.



Ovos de Codornizes podem reduzir a pressão arterial - diz estudo



Os ovos de codornizes tem um sabor semelhante aos ovos de galinha, mas são ligeiramente mais calóricos e mais ricos em nutrientes como Cálcio, Fósforo, Zinco e Ferro. E embora muito menores em tamanho, no que diz respeito ao valor calórico e nutricional cada ovo de codorniz é muito mais rico e concentrado, sendo uma excelente alternativa de lanche para as crianças na escola ou entradas num jantar. Seguem alguns benefícios destes ovos.

Melhorar a visão

A enorme quantidade de vitamina A presente no ovo de codorniz ajuda a proteger a visão devido às propriedades antioxidantes da vitamina, que podem ajudar a reduzir problemas como a degeneração macular (que envolve a mácula, local

do olho próximo à retina) e a prevenir o desenvolvimento da catarata, ajudando a melhorar a visão.

Equilibrar os níveis de colesterol

Existem muitos ácidos graxos benéficos presentes no ovo que ajudam na saúde do coração através do controle do colesterol. O colesterol do tipo HDL (colesterol bom), por exemplo, está presente em mais de 60% da gordura encontrada no ovo de codorniz. Apesar de apresentar altos níveis de gordura saudável e dos grandes benefícios do ovo de codorniz para a saúde, é importante tomar cuidado se alguém já tenha problemas de colesterol, pois a adição de grandes quantidades de ovo de codorniz na dieta pode causar problemas devido ao seu percentual de gordura saturada.

Estimular o crescimento

Da mesma forma que os ovos de galinha comuns, os ovos de codorniz também fornecem altas quantidades de proteína à dieta. A proteína é o principal constituinte do corpo e essencial em processos de desenvolvimento. Assim, essas proteínas presentes no ovo são usadas por nosso organismo para compor constituintes importantes como nossas células, tecidos, músculos, ossos e vasos sanguíneos. Principalmente nas crianças, a lisina presente no ovo desempenha um papel importante no desenvolvimento dos ossos. Assim, a proteína presente nos ovos pode estimular um crescimento saudável e natural do corpo.

Reduzir a pressão arterial

O potássio presente nos ovos de codorna apresenta alta capacidade de



neutralizar os radicais livres e proteger a saúde em geral.

Os antioxidantes são substâncias cruciais na saúde humana, já que combatem constantemente os radicais livres que causam diversas doenças crônicas e são potenciais causadores de cancro. Assim, a adicção de ovos de codorniz à dieta pode ajudar então a evitar essas doenças devido ao seu poder antioxidantes.

Também há estudos científicos que relatam que a presença do aminoácido leucina no ovo de codorna pode ajudar a regular os níveis de açúcar no sangue e manter a insulina em níveis adequados, o que o torna um óptimo alimento para prevenir e tratar a diabetes, uma doença crônica que afecta milhões de pessoas.

Tratar alergias

Ovos de codornizes são ricos em uma proteína chamada de ovomucóide. Essa proteína actua no organismo como um antialérgico natural. Assim, se alguém estiver passando por algum sintoma de reacção alérgica como congestão nasal sem motivo, por exemplo, pode usufruir desses benefícios do ovo de codorniz.

Melhorar o metabolismo

As vitaminas do complexo B presentes no ovo resultam em actividade metabólica reforçada no corpo inteiro, inclusive a função hormonal e enzimática, que

promover a redução da pressão arterial. Este mineral actua como um dilatador nos vasos, o que acaba auxiliando no alívio da tensão e do estresse causado nas artérias e vasos sanguíneos quando a pessoa tem pressão arterial elevada.

É importante ressaltar que a quantidade de potássio em ovos de codornizes é maior do que em ovos de galinha. Além do potássio, o ácido graxo como o ácido docosaenoico pode ajudar a regular a pressão sanguínea no organismo e reduzir o risco de doenças cardíacas. A presença de vitamina E também pode sustentar esses benefícios do ovo de codorniz.

Limpar o organismo

A desintoxicação do organismo é muito importante, já que hoje estamos expostos a um ambiente insalubre com muita poluição na água e no ar devido à presença de toxinas, poluentes e metais pesados, por exemplo.

Há estudos na literatura científica que indicam que, ao adicionar ovos de codorniz na dieta, é possível eliminar toxinas presentes na corrente sanguínea. Isso porque os aminoácidos do ovo de

codorniz são capazes de se ligar à toxina e liberar essas substâncias do organismo. Há indícios também de que eles ajudam a diminuir o tamanho de pedras na bexiga e nos rins.

Prevenir doenças crônicas

Os antioxidantes como as vitaminas C e A presentes no ovo de codorna ajudam a





têm grande impacto no funcionamento do nosso metabolismo. Diversas enzimas metabólicas, por exemplo, são "alimentadas" pelas vitaminas B6 e B12, desempenhando papéis cruciais na produção de energia.

Melhorar a função cerebral

Os aminoácidos presentes no ovo de codorniz e o alto nível protéico ajudam a estimular a função cerebral e nutrir o sistema nervoso no cérebro para que ele mantenha seu bom funcionamento. Cada porção de 5 ovos oferece 119 mg de colina e 244 unidades internacionais de vitamina A, que são substâncias importantes para a saúde das membranas celulares do cérebro. Essas substâncias protegem as células cerebrais contra danos e são capazes também de reparar danos.

Evitar anemia

Estudos indicam que pessoas que consomem ovos de codornizes regularmente tendem a ter menor risco de desenvolver anemia. Isso

ocorre porque eles contêm ferro, que pode ajudar na formação de glóbulos vermelhos e prevenir a anemia.

Já os aminoácidos presentes no ovo também podem aumentar o nível de hemoglobina no interior das células

vermelhas no sangue. A importância disso está no papel da hemoglobina no organismo que atuam no transporte de oxigênio e nutrientes para todas as partes do corpo.

Fortalecer o sistema imunológico

A presença de aminoácidos como a lisina pode trazer benefícios do ovo de codorniz como o de promover a produção de anticorpos e apoiar a resposta do sistema imunológico. Ovos de codornizes apresentam muitos aminoácidos e nutrientes que ajudam a melhorar o sistema imunológico e auxiliam numa recuperação mais rápida em geral.

Manter saúde da pele e do cabelo

Os ovos de codornizes são uma excelente fonte de proteína e a lisina, um aminoácido que pode promover a produção de colágeno no corpo.

O colágeno é uma proteína essencial para manter a beleza e saúde da pele, evitando flacidez e rugas, por exemplo. Além disso, os aminoácidos presentes no ovo são ótimos para promover a saúde do cabelo e trazer benefícios como nutrição e crescimento saudável.



FICHA TÉCNICA

Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REG°/GABINFO-DEC/2009

Director

Alfredo Mutombene

Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel
Lucrécia Nhabomba
CINE Grupo

Redacção

Lucrécia Nhabomba
Luís Tobela
Felisberto Matsinhe

Revisão

Messias Sofrinho

Fotografia

Emílio Fuel
Jaime Guibango

Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Francisco Chang (C. Maputo), Evinilde Fernanda (Provincia de Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARF), Ussene Bay (Gaza), Naftal e Zandamela (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), Augusto Salvador e A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal N° 272
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067
Maputo - Moçambique Website: www.mef.gov.mz